

autoridades militares assistiram impassíveis, êsse atentado à disciplina, à hierarquia e à honra de um oficial-marechal do Exército, por um sargento indisciplinado, no momento em que se prende a miúde generais e almirantes da ativa e da reserva por fazerem declaração política em jornais do Rio. É o que tinha de fazer e espero que os meus colegas me façam justiça. (*Muito bem*).

V — O SR. PRESIDENTE — Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Medeiros Neto.

O SR. MEDEIROS NETO — Senhor Presidente, nobres Deputados, após dezessete longos anos nesta Casa, encontro-me no limiar de circunstância nova, de fato novo, na minha atitude e posição parlamentar. À mercê já me encontro do exercício do quinto mandato como Deputado Federal. Como tal, já poderia dizer, como disse Clemenceau: "Realizado me encontro aos olhos da França e do mundo".

Realizado estou aos olhos do Brasil e do mundo. Não é fácil tramitar tão longa jornada e alcançar tão constantes vitórias. Se logrei atingir o vértice, o ápice de tão íngreme montanha, já começo a divisar na planície os que correm para meu lugar tomar. A velhice alcança os dias maiores de minha vida. As câs me aproximam da maturidade do melhor pensar.

Mas, Sr. Presidente, desânimo nenhum, jamais desfalecimento poderá marcar os passos de minha vida pública. Sou como aquele veterano da Guerra do Paraguai: "Quanto mais caminho, mais procuro defender as fronteiras de minha Pátria".

Ou, melhor diria, como legionário de Caio Júlio César: "Se morrer no meio do caminho, tranqüilo alcançarei o limiar da eternidade".

Sr. Presidente, é esta divagação que formulo, atento para o início do meu discurso. Realizado estou

peço que fiz e preocupado pelo que devo de fazer.

A Nação mais do que nunca se encontra no torvelinho de suas paixões, amargurada pelas decepções que aí se encontram. Jamais êste País encontrou tanta dubiedade, tanta apatia, tanta indiferença, tantas alternativas, sem posição definida, como nesta hora em que vivemos. É um país sem rumos, é um país sem afirmações, é um país sem dizer o que quer, é uma nação que não se afirma nem coloca os pés na posição que deveria ser a marcha para o futuro. Indiferente a si e aos outros, interna e externamente, é um Brasil que claudica, que vacila, que tem aquela fraqueza que nega o passado, suja o presente e enodoa o futuro. Por isto, a nós, que vamos constituir o futuro Congresso, em 1963, grave responsabilidade se nos antolha, se nos depara. Não há motivos para vacilar. Ou esta Casa assume a posição que o dever constitucional lhe defere, ou seu cometimento histórico passa a ser uma página de bruma do futuro.

Quero acreditar, Sr. Presidente, que algo de seriedade, à mercê da serenidade, nos obriga a pensar muito. Há poucos dias, alguém me afirmava: "Se o Presidente John Kennedy tivesse vindo ao Brasil em novembro, não teria quase com quem conversar neste País". O escalão condutor da Pátria é de tal maneira decrescente e débil que nós começamos a perguntar: isto é o Brasil, ou a negação do Brasil?

Saimos de um pleito eleitoral, Sr. Presidente, onde duas contingências impulsionaram o eleitorado para definir-se. De um lado o poder do dinheiro e, do outro lado, o poder da demagogia. E quase que o resultado seria êsse: os que têm dinheiro se elegeriam e os demagogos também. Mas, felizmente, ainda uma reação se operara. Todos nós sentimos, lá mesmo no meu Estado, principalmente, que houve, por parte do eleitorado consciente e responsável a preocu-

pação de ainda escolher os melhores. Vi, por exemplo, um aspecto que a mim de perto tocara: na qualidade de Presidente do Diretório Regional do Partido Social Democrático, em Alagoas, tive de configurar e formalizar, sob a legenda, a chapa disputante; éramos quatro candidatos. Nesta altura se apresenta mais um contingente, trazido pelas mãos do meu ilustre coestadano, o Senador Silvestre Péricles de Goes Monteiro, com o patrocínio do Prefeito da Capital o Dr. Sandoval Cauí. Compusemos esta chapa.

Quando do início da fase de aumento de prazo para o registro dos candidatos, na conformidade do que dispõe a lei eleitoral vigente, houve uma preocupação desses dois ilustres homens públicos do meu Estado de que se deveria incluir também o nome do Governador de Pernambuco. Fui encostado à parede, porque ou disputaria uma eleição com quatro candidatos, para não ter possibilidade de atingir o quociente eleitoral, ou então submeter-se-ia à realidade, permitindo que este homem ingressasse na chapa do Partido Social Democrático. E o ilustre Governador de Pernambuco disputaria assim as eleições em Alagoas ao lado do orador, candidato que nesta Casa permanece há 17 anos disputando eleições apenas à mercê do que faz, com a providência do que vai fazer.

Sofri o impacto, diria, emocional, de ver como o eleitor se preocupava em que dentre tantos pobres houvesse um rico. E ele só a comprar votos e nós a mendigar a vontade alheia. Mas venci com o dobro da votação este candidato rico. E isto me alegrou e me encoraja para que possa proclamar nas dimensões do futuro, aos largos horizontes que se me deparam, que me encaminharei para ser grato à confiança do leitorado livre do meu Estado.

E assim, Sr. Presidente, como eu, são os tantos que deverão aqui

se encontrar, quando do início da legislatura que se avizinha em março de 63. Virá, assim, uma mentalidade nova. E não é possível deixar de se compreender que assim ocorra. Nova, porque não poderemos ficar nesta velharia de uma política americana do século passado ou francesa do século XIX.

Não estamos à mercê dos grupos econômicos e jamais o Brasil seria feliz se assim sucedesse, se as eleições se decidissem, como dizia Oto Prazeres, ao sabor do capital e do ouro.

Não é possível escolher senão pela consciência, nunca pelo balcão. A escolha é processo de verticalidade, a moldura da própria nação, porque traduz civilização, exprime cultura e impõe deveres. Como tal, uma Casa que se compõe apenas de uma cúpula de endinheirados não tem solução, nem solução oferece para a planície, onde se debatem os pobres, se aniquilam os que suam e se amesquinham os que têm as mãos calejadas.

O Sr. Campos Vergal — Permita-me o nobre colega. Inicialmente, congratulo-me com a Casa pelo retorno de V. Exa. pela quinta vez a este plenário, como lidimo representante do povo brasileiro. É a Câmara que se orgulha em ter, na pessoa de V. Exa. o continuador daquele grande batalhador em bem das causas populares e espirituais.

O SR. MEDEIROS NETO — Muito grato a V. Exa.

O Sr. Campos Vergal — Meu nobre colega, efetivamente, o poder econômico faz loucuras na região eleitoral. O potentado, porém, não é o único culpado. Cinquenta por cento da culpa cabe aos intermediários, aqueles pequenos chefes e aqueles intermediários tão nossos conhecidos, que recebem a contribuição dos potentados, embolsam metade do dinheiro oferecido e o resto gastam na compra de eleitores atrasados.

simples dando-lhes pequenas quantias em dinheiro ou comprando-lhes certas utilidades de insignificante valor. A culpa portanto, não é apenas dos ricos, dos compradores de eleições, mas também dos vendedores de votos, desses corruptos intermediários que se aproveitam da simplicidade dos eleitores ignorantes. Posso dizer isso, porque sou como Vossa Excelência homem econômico e financeiramente pobre. Mas esta é observação que venho fazendo constantemente e, em particular, no Estado de São Paulo.

O SR. MEDEIROS NETO — Senhor Presidente, o Estatuto Maior, a Carta Magna, a Constituição vigente no País, por nós assinada aos 18 de dezembro de 1946, teve, igualmente, a assinatura de Campos Vergal como constituinte naquela assembléia.

Somos nesta Casa, há 17 anos consecutivos, responsáveis pelo conteúdo social-democrático que emoldurou a Constituição vigente. Nossos propósitos coincidem com aqueles que determinaram os rumos definitivos da vida institucional do País, através da sua Carta Magna.

Preocupados sempre fomos com os problemas populares, porque a ação democrática não se distancia do povo. O povo é o impulso que a faz feliz e caminhar tranqüila.

Aceito o aparte do nobre Deputado Campos Vergal, como estímulo e incentivo para que, desta tribuna, através de mais uma legislação, eu prossiga a seu lado, dando o *tonus* definitivo à missão que Deus e a Pátria nos propõem. Não seremos aqui veículo senão do dever a cumprir e da responsabilidade a executar. Acredito como V. Exa. que a responsabilidade de quem disputa um pleito no sentido da influência maior do poder econômico não recai apenas sobre seu agente mas também sobre seu intermediário. E é um mal deste País ainda não ter encon-

trado um meio de, da mesma forma, poder acabar com o intermediário nos balcões e acabar também com o intermediário eleitoral. São duas graves desgraças para este País. A crise econômica em nossa Pátria é o fruto do intermediário e a crise política é o fruto do intermediário eleitoral.

Quero, portanto, felicitar o nobre Deputado Campos Vergal por mais esta sua disposição de caminhar nos longos corredores desta Casa por durante quatro anos, tendo nos seus olhos a imagem da Pátria, que é o painel vivo que concita os corações melhores deste País.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao esboço do meu discurso — foi o prolegômeno, foi o proêmio — vou entrar no objetivo principal que me traz a esta tribuna.

Ontem, Sr. Presidente, reuniu-se o Partido majoritário do País, que eu perfilho, em cujas fileiras me encontro, sem nunca dêle ter-me afastado. Cinco eleições disputtra à sombra da mesma bandeira, preocupado com os mesmos ideais. Tenho esta honra de dizer que sou um dos únicos homens públicos do País que nunca mudara de Partido, nem seria capaz de fazê-lo. Quem muda a casaca geralmente muda a alma, sem com isto querer ferir a ninguém, pois circunstâncias maiores ocorrem que obrigam, muitas vezes, o homem público a mudar os rumos e diretrizes partidárias que assumira anteriormente. Mas, Sr. Presidente este Partido, numa reunião que o Presidente Nacional reputara informal, de início começara de estudar três teses que geralmente coloca o Brasil entre as três preocupações maiores. A primeira é aquela que é nossa, ins-transferível: a manutenção da Capital da República em Brasília. No dia em que, Sr. Presidente, houver neste Parlamento um movimento no sentido do retorno para o Rio de Janeiro ninguém me verá mais de batina, vestir-me-ei

como soldado e ficarei ao lado de todos os soldados que queiram participar da maior das revoluções do País, a de preencher esses claros geográficos, que aí ocorrem, e que nunca poderiam ser realmente providos sem a assistência de Brasília.

Não conseguirei entender, nem compreender por que será possível pensar-se no retorno para o Estado da Guanabara. Deus nos livre disto! Deus nos livre disto! São várias as circunstâncias que nos impõem o dever de assim nos pronunciar. Primeiro, esta Nação não pode pagar o alto preço de ter feito Brasília e de, depois, não poder usá-la para seu objetivo maior. Se Brasília foi construída, houve uma finalidade que não foi apenas do Presidente Juscelino Kubitschek, foi desta Casa, foi do Congresso Nacional, foi a Constituição, foi de todos aqueles que, ainda lendo a História e atentos à Geografia, sabem que não era possível mais uma civilização à mercê de uma faixa litorânea improdutiva e apenas congestionada por uma população, que se preocupa com emprego público.

A mudança para Brasília foi um imperativo histórico e uma imposição geográfica de ordem política, de ordem humana, de ordem social, de ordem econômica. Não é possível que Brasília possa oferecer rendimento ainda no terceiro ano de sua etapa de estratificação. Apesar disso, já ofereceu sua contribuição nas crises emocionais, que quase levam o Brasil à guerra civil. Não fôra Brasília, nesta vertical de mil e duzentos metros de altitude, e não teríamos horizontes para configurar a paz. E ninguém pode negar isto. É um crime falar-se em ainda conduzir a Capital da República para o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, a posição do meu partido nesse sentido é unânime. e ninguém haverá de pensar que outra seja a nossa posição em qualquer momento da vida nacio-

nal. Quer queira o Senhor Presidente da UDN, quer não queira; quer queiram alguns, quer não queiram, a Capital não sairá daqui, e não sairá porque não queremos que saia. E como eu falo, fala o Brasil quase inteiro, e nesta posição, Senhor Presidente, é que já deveremos começar, nesta hora, a adotar esta firmeza de atitudes.

O homem público não deve ser um gozador. O homem público é, antes de tudo, um instrumento voltado para os supremos interesses da pátria. Este interesse supremo do Brasil está em Brasília, não está no Rio de Janeiro. (*Muito bem*). O equilíbrio nacional nasceu em Brasília. Antes de tudo, devemos estar atentos para o equilíbrio nacional. Este país, disforme na sua distribuição administrativa e geográfica, com Estados grandes e pequenos, sem aquele propósito norte-americano de reduzir esta extensão de 8 milhões e 535 mil quilômetros quadrados em Estados de quinhões iguais, houve essa intenção de estabelecer o equilíbrio entre Estados grandes e pequenos, fixando a Capital no coração do Brasil. Não é apenas esse aspecto, senão aquele outro que eu assinalara e outros tantos que podia evidenciar o que se nos impõe perante o conceito internacional. Há poucos dias conversava eu com um professor que chegava da Europa, o qual me dizia que no Velho Mundo só de duas coisas se falava com atenção ao Brasil: Brasília e o Presidente que a construiu. Não sou capaz de aulicismo; não quero destacar o Senhor Juscelino, mas seria capaz de dizer que a sua obra não é nem será uma promoção constante deste País.

Dai, Senhor Presidente, merece aplausos o meu Partido por essa firme atitude que assume em face de problema que julgo o maior da vida do País. Responsabilizar Brasília pela inflação há uns tantos elementos que assim podem pensar. Mas pensar também que

a inflação não vinha antes de Brasília e que caminhará a passos de gigante, é concepção que tenho a liberdade de não aceitar. Quando me elegi Deputado Federal, diria melhor, constituinte em 1945 ao pagar-me o meu primeiro subsídio no fim de março de 1946, o Doutor Gigliotti me entregava, subsídio e *jeton*, Cr\$ 14.000,00! Era o que ganhava um Deputado Federal em 1946! Antes de Brasília, o subsídio subiu, e quando chegamos aqui, veio a "dobradinha" para benefício de todos, sem exclusão de ninguém. A inflação não é, portanto, resultante de Brasília, mas contingência de um país como o nosso, em que a própria cédula, distribuída pelo Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, quando chega ao Amazonas, está em frangalhos. Pensar-se no Brasil em inflação apenas como fenômeno de distribuição de notas novas é imbecilidade. As notas se distribuem novas para cobrir as notas velhas que saem da circulação. Num País com esta extensão continental é o que se nos depara.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, que começara a examinar ontem, com a segurança de seus líderes e os seus condutores, o Partido Social Democrático, fôra o que hoje tantas preocupações de nós está a exigir: o plebiscito. O meu nobre e ilustre parente octogenário, com a estrada de luz que vem deixando, para que amanhã possamos lembrar-lhes o nome: Senhor João Mangabeira, acha que esta Câmara, que este Congresso, que dera o 4.º Ato Adicional, trazendo-nos um sistema de governo diferente, o parlamentarismo, poderá recuar. Não fôra pisando em lama e, vendo a paisagem de lama fétida, e renunciar aquilo que ontem aceitara apenas dizendo por uma emenda: fica nulo o que foi feito por nós.

Uma de duas: ou o ilustre Ministro da Justiça ainda não sabe que o Brasil de hoje é diferente do de ontem, ou está alheio à responsabilidade que temos.

O sistema parlamentar, que surgiu no Brasil para configurar uma crise e, talvez, para abrir uma estrada nova de felicidade e de paz à vida institucional do País, não foi fruto apenas de Deputados, foi de representantes do povo, legitimamente eleitos. Aqui nos encontrávamos, e a vontade do povo era a nossa vontade, porque interpretávamos a vontade dele.

Se trouxemos realmente um sistema de governo para conduzir e orientar este País, afastando-o da inquietação constante que o presidencialismo oferece é porque sabíamos o que estávamos fazendo. Se há motivos, hoje, para que esse parlamentarismo desapareça, não devo nem examiná-los, todos os que ocorrem. Não está deferido a nós, sem uma incongruência e uma desmoralização, fazê-lo, pura e simplesmente, com a revogação do ato. O povo que o faça. O povo é que vai dizer se quer o presidencialismo ou o parlamentarismo, principalmente quando estamos a terminar uma legislatura e a iniciar-se outra.

E' uma hora, portanto, em que todos haverão de entender e compreender que não é nosso o cometimento. E' do povo, que elegeu um novo Congresso para aceitar o novo sistema de governo, que decorre do plebiscito a se realizar a 6 de janeiro.

O Sr. Campos Vergal — Nobre colega, sempre fui, sou e serei parlamentarista. Não troco esse princípio por nenhum outro. Quero, todavia, lembrar a V. Exa. que não é propriamente o sistema político que melhora as condições do povo e da Nação...

O SR. MEDEIROS NETO — Perfeito.

O Sr. Campos Vergal — ... mas o caráter dos homens. O que precisamos melhorar, consertar, aprimorar é a mentalidade dos homens. Cumpre-nos despertá-los para suas altas responsabilidades com relação ao povo brasileiro.

Não é, pois, a forma, a vasilha o que vale, mas, sim, o conteúdo, o líquido que essa vasilha contém. Assim, nobre colega, seja parlamentarismo ou presidencialismo, essas duas expressões não têm qualquer sentido se o homem não melhorar e não estiver disposto a realizar um grande trabalho em benefício de sua pátria e até do mundo. Qualquer exploração, portanto, que se faça, no sentido de retornar o sistema político brasileiro para o presidencialismo, não passará de mera exploração da ignorância popular.

O SR. MEDEIROS NETO — Senhor Presidente, o nobre Deputado Campos Vergal está a repetir pensamento que, se não me engano, há dois ou três meses daqui destacava o nobre e ilustre representante do Estado da Guanabara, Deputado Adauto Cardoso, que deve estar presente nesta Casa. Recordo-me que S. Exa. dissera que o problema do pão e da paz do Brasil não era consequência de sistema, mas uma ocorrência da posição dos homens. O Presidente João Goulart poderá conduzir este País eficaz e rendosamente, nas atribuições administrativas que lhe defere a Constituição, muito bem tanto no parlamentarismo, como no presidencialismo. E' uma questão, realmente, de homens. Mas, é que o parlamentarismo, como afirmara de uma feita Silveira Martins, não é apenas o fato comum da imposição dos homens, é da escolha dos homens. O presidencialismo impõe homens sob a influência do guante de quem unipessoalmente, conduz a Nação. O parlamentarismo tem a consequente demonstração democrática de um estágio mais perfeito, em que os próprios dirigentes, dentro da integridade da composição ministerial, são fruto de escolha e ninguém escolhe o pior. Sempre se esconde um pouco melhor. Se o parlamentarismo brasileiro, nas suas linhas, que lhe determinaram o hibridismo singular, não pôde

aceitar a formulação clássica daquela determinante inglesa-alemã, pôde, contudo, nos dar o saber de que só precisava, para ser melhor, assumir o destaque, o relêvo do parlamentarismo clássico.

Quando Thiers criou a concepção de Poder Moderador, aquele que reina e não governa, como cúpula e imagem da união de um povo, deixando que esse Ministério execute uma ação de governo pela presença do Chefe de Estado, que é o seu Primeiro Ministro, lançou, Sr. Presidente, uma perfeita orientação política para o mundo democrático.

Se a Federação restringe a possibilidade do parlamentarismo, esta mesma Federação que hoje quase que existe apenas na formalística constitucional, mas na realidade é quase uma República unitária, à mercê do balcão do Banco do Brasil, poderíamos caminhar até para que ela tivesse, no sistema parlamentar, a compostura, a conduta, o comportamento e a disciplina da melhor orientação política para fazer felizes seus filhos.

O Sr. Pereira da Silva — Meu nobre colega, estava ouvindo, no 15.^o andar do anexo desta Casa, a criação brilhantíssima e momentosa que V. Exa. vem proferindo referentemente ao boato, porque só posso compreender como um boato...

O SR. MEDEIROS NETO — Perfeito.

O Sr. Pereira da Silva — ... de se estar processando um movimento para o retorno da Capital do País à também gloriosa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde nossa Pátria colocou por tanto tempo a sede de seus destinos políticos. Não podia estar ausente a este debate para dizer alguma coisa em apoio às considerações que V. Exa. vem desenvolvendo. Primeiro, quero declarar que o Plenário está ouvindo a palavra autorizada de um Constituinte, de um homem que seu Estado

escolheu durante quatro legislaturas consecutivas para aqui ser o intérprete dos sentimentos e das aspirações da nobre gente alagoana, ligado tão de perto à história da formação da nossa nacionalidade. V. Exa. por consequência, é uma autoridade sob todos os aspectos, em que se possa colocar sua ação nesta Casa. Mas, neste momento, diante das declarações preemptórias que acabou de fazer a tãda a Casa, quero salientar que V. Exa. exprime, neste assunto, o sentimento político e, além de tudo, a consciência jurídica e parlamentar de todo o poder, em que se assenta, exatamente, a dignidade da Nação, na defesa de seus altos interesses e de suas grandes aspirações políticas. Pensar, nesta hora, no retôrno da Capital para o Rio de Janeiro é dar, sobretudo, demonstração de sadismo político. Afinal de contas, que somos nós? Como poderíamos, então, ser considerados, do ponto de vista de uma consciência política, nós que apenas acompanhamos qualquer Partido? Essa coragem cívica inédita, da parte de um Presidente da República que podia ser, como foi, um homem do PSD, mas que poderia, também, ser um homem da UDN ou de qualquer Partido? Essa coragem cívica representou a aspiração coletiva do País.

Havia uma destinação, que era a mudança da Capital para o Planalto Central, como eixo do próprio desenvolvimento do Brasil e da sua unificação política total. Isto foi feito com o nosso assentimento, firmado na nossa consciência jurídica, política e, sobretudo, cívica. Por que razão, diante de dificuldades que não podiam absolutamente deixar de existir, um grupo, no meio da desordem — desordem premeditadamente organizada pelos mais responsáveis pelos destinos dêste País — está pensando em dar ao mundo — porque, a esta hora, é ao mundo — demonstração de inconsciência e incncsciência política, quando to-

dos os países civilizados passaram a admirar mais o Brasil exatamente porque êle tomou essa resolução de mudar a sua Capital, para ainda mais se engrandecer e unificar? Ouvi ontem, depois daquela reunião informal, um colega nosso, displicentemente e querendo fazer "boutade", dizer que, se houvéssimos votado sôbre o assunto naquela reunião, 90% dos presentes ter-se-iam manifestado pelo retôrno. Repeli a insinuação porque, na verdade, não somos tolos, não somos irresponsáveis. Temos o direito de fazer com que se respeite esta Nação lá fora, exatamente porque lá se sabe que o Brasil do nosso tempo, que o Congresso de nosso tempo mudou a Capital para o interior precisamente para que o País tomasse novos rumos no sentido do seu progresso, no sentido da sua formação política, no sentido da sua unidade nacional. Quero dizer a V. Exa. que a boatese está com as palavras que acaba de proferir nesta Casa. A consciência jurídica e política desta Casa não será absolutamente deturpada por aquêles que, visando o seu bem-estar, querem levar esta pátria a uma desmoralização absoluta, com o retôrno da Capital para a linda Cidade do Rio de Janeiro.

O SR. MEDEIROS NETO — Senhor Presidente, ouvimos com atenção, quiçá, com o maior interesse, a intervenção do nobre Deputado Pereira da Silva. Sua Excelência honrou-me sobremaneira com êsse aparte que bem traduz a fidelidade aos conceitos da reunião do Diretório Nacional do Partido Social Democrático. Lá se exprimira o nobre Deputado com êste mesmo ardor, com igual calor que esta hora volta não a arrefecer, senão a mais refletir o seu pensamento de homem público devotado à causa nacional.

Dizia êle que o Diretório Nacional deveria pronunciar-se, com o anuimento da sua Maioria destacada, para que evidente ficasse

qual o conteúdo qual a sua posição, que diria ideológica, que o nosso partido aceita e acolhe, em função deste passo avante que demos na demanda do futuro, trazendo a metrópole do País para o centro da nacionalidade.

Conseguiria êle, realmente, lograr o êxito que previra de ver quase unânime, se não com a exclusão de um que achava que a unanimidade não ocorreria. Mas eu, que auscultava o ambiente, verifiquei que a votação naquela hora era quase unânime para que se respeitasse Brasília como a centelha a iluminar os caminhos de futuro deste País.

Sr. Presidente, lamento não dispor de maior espaço de tempo regimental para prosseguir nas minhas considerações. Não viera eu à tribuna apenas para ocupá-la por 30 minutos. Desejava fazê-lo por mais tempo delongado. Se o não posso, ficarei reservando-me para outra oportunidade, de tal modo que possa, Sr. Presidente, ainda esclarecer a este País o terceiro ponto que deverá o Partido Social Democrático examinar, em face da sua posição política, diante da realidade nacional.

E este aspecto, Sr. Presidente, é o que atenta para êle ficar sozinho na arena dos debates públicos e parlamentares, ou então, a aceitar uma coligação que, para êle, traduza e exprima o fato político capaz de consolidar as instituições e abrir os caminhos da paz para esse país sem paz, embora com o direito de ter paz. *(Muito bem; muito bem. Palmas)*.

Durante o discurso do Senhor Medeiros Neto, o Sr. Valério Magalhães Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Oswaldo Lima Filho, 1.º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está findo o tempo destinado ao expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.
Comparecem mais os Srs.:

Oswaldo Lima Filho.
José Bonifácio.

Amazonas:

Adalberto Vale — PTB.
Almino Afonso — PTB.

Pará:

Océlio de Medeiros — PSD.

Maranhão:

Cid Carvalho — PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas — PTB.
Dirno Pires — PSD.
Heitor Cavalcanti — UDN.
Laurentino Pereira — PSD.
Lustosa Sobrinho — UDN.

Ceará:

Adahil Barreto — UDN.
Alvaro Lins — PSP.
Coelho Mascarenhas — PSD.
Dias Macedo — PSD.
Furtado Leite — UDN.
Martins Rodrigues — PSD.
Moreira da Rocha — PR.

Rio Grande do Norte:

Clovis Motta — PTB.
Jessé Freire — PSD.
João Frederico — UDN.

Paraíba:

Abelardo Jurema — PSD.
Humberto Lucena — PSD.
João Agripino — UDN.
Janduí Cerneiro — PSD.

Pernambuco:

Alde Sampaio — UDN.
Armando Monteiro — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Dias Lins — UDN.
João Cleofas — UDN.
Oswaldo Lima Filho — PTB.
Petronilo Santa Cruz — PSD.
Souto Maior — PTB.